



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001560-18.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exeqüente: **Ronaldo Aparecido Moreno Perea**
 Executado: **Nilson Fuzita**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de *cumprimento* de sentença movido por Ronaldo Aparecido Morena contra Nilson Fuzita. Foi apresentada planilha de cálculos (fls. 05/08), atualizada à fl. 74. O crédito exequendo decorre da sucumbência, como discriminado à fl. 01, último parágrafo.

A parte executada impugnou o *cumprimento* de sentença ao argumento de que se encontra em estado de miserabilidade, não podendo arcar com o pagamento dos valores executados. Requereu a declaração de inexigibilidade do título executado ou a suspensão da execução, que pode lhe causar dano de difícil reparação.

É o Relatório.

Decido.

Julgo no estado.

De inicio verifico que a impugnação ao cumprimento de sentença foi protocolada intempestivamente. Não obstante, o mérito será analisado. Neste caso, muito melhor que se evitem maiores discussões, o que só será possível com a análise do quanto discutido.

Já houve análise quanto à hipossuficiência alegada, nos autos do processo principal, ocasião em que foi indeferida a justiça gratuita. A decisão sobre o indeferimento da gratuidade fica mantida, naqueles termos, visto que nenhuma modificação nas condições de fato foi demonstrada.

O executado, ora impugnante, apresenta impugnação genérica, sem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fundamento algum, com o simples intuito de se esquivar de seu débito, o que não se pode admitir.

Os valores cobrados se tratam de verbas sucumbenciais a que foi condenado através de decisão transitada em julgado, sendo o que basta.

Não se encontra presente nenhuma das hipóteses ensejadoras da suspensão da execução pleiteada, não cabendo se falar em aplicação do art. 525, do NCPC ao caso.

Ante o exposto, **REJEITO** a impugnação.

Descabida a fixação de honorários, de acordo com a súmula 519, do C. Superior Tribunal de Justiça.

Prossiga-se com o cumprimento de sentença, requerendo a parte exequente o que de direito.

P.I.

São Carlos, 26 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**